

HISTÓRIA DA COLONIZAÇÃO DO SERTÃO DA CAPITANIA DA PARAHYBA (1725-1740)

DOI: 10.5281/zenodo.18992224

Mayara Millena Moreira Formiga

Graduação em Pedagogia pela Faculdade São Marcos FASAMAR (2020). Mestre em História pelo Programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal da Paraíba (2013), com área de concentração em História e Cultura Histórica. Licenciada em História pela Universidade Federal de Campina Grande (2010). Especialista em História do Brasil pela Universidade Cândido Mendes (2016). Especialista em Tutoria em Educação a Distância (2023). Atualmente é professora curso de graduação em Pedagogia, nas modalidades EAD e Presencial, na Faculdade Sucesso (FACSU). Também atua como professora na rede estadual de ensino. Atua nos seguintes temas: História da educação, historiografia brasileira, História do semiárido brasileiro, História do Brasil e temas relacionados a educação.

RESUMO: O presente artigo analisa a origem e o funcionamento das práticas administrativas no sertão do rio Piranhas, na Capitania da Paraíba do Norte, entre os anos de 1725 e 1750. A pesquisa busca compreender como se estruturaram os mecanismos de gestão econômica e social em uma região marcada pela expansão da pecuária e pela formação de redes locais de poder. A partir da análise de documentação setecentista, especialmente procurações e outros registros jurídicos, o estudo evidencia a atuação de colonos, proprietários e membros da chamada “nobreza da terra” na organização da vida administrativa do sertão. Argumenta-se que, apesar da existência de uma estrutura formal de governo vinculada à Coroa portuguesa, as práticas administrativas no interior da capitania eram fortemente condicionadas por relações de parentesco, clientela e alianças locais. Nesse contexto, instrumentos jurídicos como as procurações permitiam a delegação de poderes e a administração de bens em diferentes localidades, contribuindo para a articulação de redes econômicas e políticas que conectavam o sertão aos centros litorâneos e ao mundo luso-atlântico. Dessa forma, o estudo demonstra que a administração colonial no sertão paraibano resultou de um processo de negociação e adaptação às condições sociais, econômicas e geográficas da região.

Palavras-chave: Colonização. Sertão Paraibano. História do Brasil.

Introdução

A colonização do sertão da Capitania da Paraíba do Norte, especialmente na região do rio Piranhas, representa um capítulo significativo da história do Brasil setecentista. Entre 1725 e 1740, o interior da capitania passou por transformações importantes, impulsionadas pela expansão da pecuária, pelo surgimento de núcleos de poder local e pela necessidade de organizar economicamente territórios distantes do litoral. Este processo não se limitou à aplicação das normas da Coroa portuguesa, mas envolveu complexas negociações sociais, políticas e econômicas que articulavam interesses de colonos, proprietários e membros da chamada “nobreza da terra”.

Nesse cenário, instrumentos jurídicos como procurações desempenharam papel central, permitindo a delegação de poderes e a gestão de bens em contextos geograficamente dispersos. A presente pesquisa busca compreender como essas práticas administrativas se estruturaram, evidenciando a combinação entre a formalidade das instituições coloniais e as dinâmicas de relações locais que moldaram a colonização do sertão paraibano.

1. Capitania da Paraíba do Norte

Durante a primeira metade do século XVIII, a Capitania da Paraíba do Norte apresentava um conjunto complexo de relações sociais e econômicas que possibilitavam a existência de poderes locais relativamente autônomos e de práticas administrativas pouco exploradas pela historiografia. As interpretações tradicionais, baseadas em recortes espaciais e cronológicos mais convencionais, muitas vezes não conseguem abarcar a multiplicidade de experiências vividas pelos colonos estabelecidos no interior da capitania, sobretudo nas áreas mais distantes do litoral. Nessas regiões sertanejas, as relações sociais se estruturavam por meio de alianças familiares, redes de dependência e mecanismos próprios de organização econômica.

A distância em relação aos principais centros administrativos favorecia o desenvolvimento de práticas locais de gestão e negociação. Assim, a vida cotidiana no sertão revelava dinâmicas específicas que escapavam, em muitos casos, aos modelos interpretativos centrados exclusivamente nas estruturas formais do poder colonial.

Nesse contexto, a chamada “**nobreza da terra**”, formada em grande parte por descendentes dos conquistadores do século XVII e vinculada às primeiras linhagens estabelecidas nas capitanias da Paraíba e de Pernambuco, consolidou sua presença na região. Esses grupos se beneficiaram do sistema de mercês, especialmente através da concessão de sesmarias, buscando reproduzir no sertão privilégios e distinções sociais semelhantes aos observados em outras partes do Império Ultramarino Português.

A posse da terra representava não apenas um recurso econômico, mas também um instrumento de afirmação social e política. Por meio dessas concessões, famílias influentes ampliavam seu patrimônio e reforçavam sua posição dentro da hierarquia

REVISTA EDUCAÇÃO CONTEMPORÂNEA – REC

colonial. Dessa forma, o domínio territorial tornava-se um elemento fundamental para a consolidação de prestígio e autoridade entre os colonos que atuavam nas áreas interiores da capitania.

A expansão dessas famílias contribuiu para a ocupação do sertão paraibano, processo que se deu principalmente por meio da criação de fazendas dedicadas ao criatório extensivo de gado, atividade econômica fundamental para a interiorização da colonização. A pecuária permitia a exploração de grandes extensões de terra e garantia o abastecimento de carne, couro e animais de transporte para outras regiões da colônia. Esse tipo de atividade também exigia uma organização administrativa própria, baseada na supervisão de vaqueiros, agregados e trabalhadores livres.

Contudo, uma análise mais atenta dessa dinâmica revela aspectos ainda pouco esclarecidos sobre a formação dessas redes sociais e econômicas. A documentação indica que, além da produção pecuária, existia uma intensa circulação de bens, pessoas e acordos que estruturavam a economia local. Dessa forma, o sertão se configurava como um espaço ativo de produção e articulação social dentro da capitania.

No espaço sertanejo em formação, as atividades ligadas ao comércio do gado, do couro, ao arrendamento de terras e a outros negócios apresentavam características próprias, distintas daquelas observadas no sistema da grande lavoura açucareira predominante no litoral. Enquanto o complexo açucareiro estava vinculado a estruturas produtivas mais centralizadas, o sertão desenvolveu uma economia marcada pela dispersão espacial e por relações econômicas mais flexíveis. Nesse ambiente, a administração das propriedades e dos negócios dependia frequentemente da atuação de procuradores e representantes legais.

A documentação sugere que, paralelamente a essas atividades econômicas, se desenvolvia uma rede de práticas administrativas entre os próprios colonos. Esses mecanismos permitiam a gestão de propriedades, a negociação de dívidas e a manutenção de vínculos comerciais com diferentes regiões da colônia. Assim, a vida econômica sertaneja articulava produção, circulação e administração em um mesmo conjunto de práticas sociais.

Um exemplo dessa dinâmica pode ser observado em maio de 1725, quando o Sargento-mor João de Miranda, residente na Povoação de Nossa Senhora do Bom

REVISTA EDUCAÇÃO CONTEMPORÂNEA – REC

Sucesso, expediu procurações a André da Costa Braga e Leandro Gusmão dos Reis. Esses procuradores recebiam autorização para administrar diversos assuntos relacionados aos bens do outorgante, incluindo terras, rebanhos, recursos financeiros, além de objetos de valor como ouro, prata e tabaco.

A emissão dessas procurações demonstra a importância das práticas jurídicas e administrativas no cotidiano dos colonos sertanejos. Por meio desses instrumentos, era possível delegar poderes a representantes que atuavam em nome do proprietário em diferentes localidades. Tal procedimento facilitava a gestão de patrimônios dispersos e a realização de transações comerciais. Dessa forma, as procurações constituíam um recurso fundamental para a organização da vida econômica no interior da capitania.

No mesmo período, outras iniciativas administrativas também ocorriam na região. A partir de sua residência, situada na povoação de Nossa Senhora do Bom Sucesso — atual cidade de Pombal — o juiz ordinário Manuel Pinto da Silva concedeu diferentes procurações a representantes espalhados por diversas localidades do mundo luso-brasileiro.

Entre os destinatários estavam o coronel Marcos da Costa, no sertão do Piancó; Baltazar Gonçalves, na cidade de Olinda e na vila de Santo Antônio; representantes da Santa Casa de Misericórdia em Lisboa e no Porto; João de Araújo e Barbosa, em Salvador; além de outros procuradores. Por meio dessas autorizações, seus representantes recebiam poderes amplos para administrar bens, tratar de negócios e cobrar dívidas. Esse conjunto de delegações demonstra que as relações administrativas ultrapassavam os limites locais e conectavam o sertão a diferentes espaços do Império Português. Assim, as práticas administrativas estabeleciam pontes entre o interior da capitania e centros econômicos e institucionais mais amplos.

A análise desses registros documentais indica que as práticas de gestão e negociação entre particulares no sertão dos rios Piranhas e Piancó contribuíram para a formação de uma dinâmica específica da sociedade colonial sertaneja. Nesse processo estavam envolvidos diversos fatores, como a busca pela subsistência dos colonos, o controle de recursos naturais — sobretudo terra e água —, o funcionamento do sistema de mercês e a permanência de elementos herdados das estruturas corporativas do Antigo Regime. Tais fatores se combinavam na construção de relações sociais baseadas em dependência, reciprocidade e autoridade local. A presença de indivíduos com maior

influência econômica ou política contribuía para organizar essas redes de poder. Dessa forma, o cotidiano sertanejo era marcado por negociações constantes que envolviam interesses econômicos, vínculos familiares e estratégias de afirmação social.

Além disso, a geração de renda na região sertaneja dependia de relações de dependência e cooperação entre moradores, da formação de alianças familiares e políticas, bem como da manutenção de vínculos com áreas litorâneas e outras capitanias. Tais elementos revelam um conjunto de mecanismos sociais e econômicos que possibilitavam a acumulação de bens e prestígio em um mercado imperfeito, fortemente condicionado pela posição social e política dos indivíduos envolvidos.

Nesse contexto, o acesso à terra, aos cargos locais e às redes de parentesco representava fatores decisivos para o fortalecimento das elites sertanejas. As trocas comerciais e os acordos estabelecidos entre moradores reforçavam essas relações de dependência e cooperação. Assim, a economia sertaneja não se limitava à produção pecuária, mas envolvia um complexo sistema de relações sociais e administrativas.

Nesse cenário, observa-se também a consolidação de uma hierarquia social marcada pela distinção entre grupos locais. A formação de redes familiares e de alianças entre colonos refletia a busca por estabilidade econômica, ascensão social e reconhecimento dentro de uma sociedade em processo de estruturação.

Os indivíduos que detinham maior prestígio buscavam afirmar sua posição por meio do controle da terra, do exercício de cargos administrativos e da participação em instituições locais. Essas estratégias contribuía para a construção de identidades sociais associadas à ideia de honra, autoridade e qualidade. Dessa maneira, a sociedade sertaneja reproduzia, em escala local, princípios característicos das estruturas sociais do Antigo Regime. A busca por reconhecimento e distinção tornava-se, portanto, um elemento central na organização dessas comunidades.

Assim, compreender os mecanismos que organizavam a vida administrativa nos sertões do Piranhas e do Piancó, durante a primeira metade do século XVIII, torna-se fundamental para interpretar as estratégias utilizadas pelos diferentes atores sociais. As fontes documentais produzidas na Paraíba setecentista permitem revelar essas práticas, tornando visível uma realidade administrativa e social que por muito tempo permaneceu pouco explorada pelos estudos históricos.

A análise dessas fontes possibilita observar como os colonos estruturavam seus negócios, estabeleciam alianças e administravam seus patrimônios. Além disso, esses registros contribuem para ampliar o entendimento sobre o funcionamento das sociedades coloniais no interior da América portuguesa. Dessa forma, o estudo das práticas administrativas no sertão oferece novas perspectivas para compreender a formação histórica da região.

2. Entreabrindo uma porta para o debate historiográfico

Durante muito tempo, o tema da administração colonial foi tratado de maneira secundária nos estudos históricos sobre a América portuguesa. A historiografia tradicional privilegiou a análise das grandes estruturas políticas e econômicas do Império Português, concentrando sua atenção nos mecanismos formais de governo e nas relações entre metrópole e colônia. Nesse contexto interpretativo, o funcionamento cotidiano das práticas administrativas locais acabou sendo frequentemente relegado a um plano secundário.

As experiências concretas de gestão exercidas pelos colonos, sobretudo nas regiões mais distantes dos centros políticos litorâneos, receberam pouca atenção analítica. Entretanto, nas últimas décadas, novos estudos têm buscado ampliar essa perspectiva, valorizando as formas de atuação e negociação presentes nas sociedades coloniais.

Grande parte das interpretações clássicas sobre a administração portuguesa no ultramar foi construída a partir da ideia de um sistema político altamente centralizado. Nesse modelo explicativo, a Coroa portuguesa aparecia como o centro organizador de um complexo aparato institucional composto por conselhos, tribunais e representantes administrativos espalhados pelas diversas partes do Império. Instituições como o Conselho Ultramarino, criado no século XVII, assumiam a função de supervisionar e orientar as decisões políticas relacionadas aos territórios coloniais. Governadores, capitães-gerais e vice-reis atuavam como representantes diretos do monarca, garantindo a execução das ordens metropolitanas. Essa estrutura sugeria a existência de

um controle relativamente rígido exercido pela metrópole sobre os domínios ultramarinos.

Entre os autores que contribuíram para a consolidação dessa interpretação destaca-se o historiador Raymundo Faoro, cuja obra enfatizou o papel da burocracia na organização do poder político português. Inspirado em parte por referenciais sociológicos, Faoro descreveu o Estado português como uma estrutura fortemente marcada por uma elite administrativa responsável por intermediar as relações entre o monarca e os diferentes setores da sociedade.

Dentro desse quadro interpretativo, a administração colonial seria parte integrante de um sistema hierárquico que conectava a autoridade real às instâncias locais de governo. As vilas e seus órgãos administrativos, especialmente as câmaras municipais, apareciam como a base dessa pirâmide de poder que se estendia desde o rei até os habitantes das colônias.

Outro autor importante nesse debate é Charles Boxer, que destacou o papel das instituições municipais e religiosas na organização da sociedade colonial portuguesa. Para Boxer, instituições como as câmaras municipais e as Santas Casas de Misericórdia constituíam elementos fundamentais para a manutenção da ordem social e política nos territórios ultramarinos. Essas instituições desempenhavam funções administrativas, assistenciais e jurídicas que contribuíam para a integração das comunidades coloniais. Além disso, elas funcionavam como espaços de participação das elites locais na administração das vilas e cidades. Dessa forma, o autor enfatiza que o sucesso da expansão portuguesa esteve ligado, em parte, à capacidade de adaptar essas instituições a diferentes contextos culturais e geográficos.

Apesar da relevância dessas interpretações, parte da historiografia mais recente tem buscado problematizar a ideia de um controle metropolitano absoluto sobre os territórios coloniais. Estudos inspirados na história social e na história política do Antigo Regime passaram a enfatizar a existência de margens de autonomia nas diferentes regiões do Império Português. Nesse sentido, a administração colonial não deve ser compreendida apenas como um sistema rigidamente vertical, mas também como um conjunto de práticas negociadas entre diversos atores sociais. As autoridades locais, os

proprietários de terras, os comerciantes e outros grupos sociais participavam ativamente da construção das relações de poder no interior das capitanias.

Nesse contexto interpretativo, ganha destaque a atuação da chamada nobreza da terra, grupo formado por famílias locais que reivindicavam prestígio social e reconhecimento político dentro das comunidades coloniais. Esses indivíduos frequentemente ocupavam cargos nas câmaras municipais e exerciam influência significativa na organização da vida administrativa das vilas e povoados. A participação nessas instituições representava uma forma de legitimar o status social dessas famílias, reforçando sua posição dentro da hierarquia local. Além disso, o acesso a cargos administrativos permitia o controle de decisões relacionadas à justiça, à arrecadação de impostos e à gestão de recursos públicos.

A atuação dessas elites locais também pode ser compreendida à luz das reflexões desenvolvidas por historiadores como João Fragoso, que analisaram as estratégias de acumulação e reprodução social presentes nas sociedades coloniais do Antigo Regime nos trópicos. Segundo essa perspectiva, a economia colonial não se estruturava apenas em torno da lógica mercantil ou da exploração econômica direta. Ao contrário, ela envolvia uma série de mecanismos sociais baseados em privilégios, concessões e relações pessoais. O acesso a terras, cargos administrativos e redes de proteção política constituía elementos fundamentais para a manutenção do poder dessas elites locais.

Dentro desse quadro interpretativo, Fragoso destaca a importância do que denomina “economia do bem comum”. Esse conceito refere-se a um conjunto de práticas econômicas e sociais baseadas na distribuição de benefícios entre membros de determinados grupos ou redes de relacionamento. No contexto colonial, essas práticas estavam frequentemente associadas ao sistema de mercês, através do qual a Coroa concedia privilégios e recompensas a indivíduos considerados leais ou úteis aos interesses do Império. Entretanto, tais benefícios também eram negociados e reinterpretados pelos próprios colonos, que os utilizavam para fortalecer suas posições dentro das comunidades locais.

A aplicação dessas perspectivas ao estudo do sertão paraibano permite compreender de forma mais ampla as práticas administrativas observadas na documentação do século XVIII. As procurações, contratos e outros registros jurídicos revelam um universo de relações sociais que não pode ser explicado apenas pela ação das

REVISTA EDUCAÇÃO CONTEMPORÂNEA – REC

autoridades metropolitanas. Ao contrário, esses documentos indicam a existência de redes locais de confiança, dependência e cooperação que estruturavam a vida econômica e administrativa da região. Os proprietários de fazendas, por exemplo, frequentemente recorriam a procuradores para administrar seus negócios em localidades distantes, demonstrando a importância dessas relações intermediárias.

Outro aspecto relevante diz respeito à relação entre espaço geográfico e organização administrativa. O sertão do Piranhas e do Piancó apresentava características específicas que influenciavam diretamente o funcionamento das práticas de gestão. A grande extensão territorial, as dificuldades de comunicação e a distância em relação aos centros administrativos litorâneos criavam condições particulares para o desenvolvimento de formas locais de organização. Nesse contexto, as redes de parentesco, amizade e clientela assumiam um papel central na resolução de conflitos e na condução dos negócios.

Essas redes sociais funcionavam como mecanismos de mediação entre diferentes interesses presentes na sociedade sertaneja. A presença de indivíduos com maior prestígio ou poder econômico permitia articular acordos e estabelecer formas de cooperação entre diversos grupos. Assim, a autoridade local muitas vezes se baseava menos na imposição formal de normas e mais na capacidade de negociar e construir alianças. Essa dinâmica reforça a ideia de que a administração colonial era marcada por um constante processo de adaptação às circunstâncias locais.

Nesse sentido, a análise das práticas administrativas no sertão da Capitania da Paraíba do Norte permite compreender como diferentes atores sociais participavam da construção das estruturas de poder colonial. As iniciativas registradas na documentação revelam que os colonos não eram apenas sujeitos passivos diante das determinações metropolitanas. Ao contrário, eles desempenhavam um papel ativo na organização da vida econômica e política da região. A emissão de procurações, a formação de redes comerciais e a participação em instituições locais demonstram a existência de estratégias variadas de atuação dentro do sistema colonial.

Dessa forma, o estudo dessas práticas contribui para ampliar a compreensão sobre o funcionamento das sociedades coloniais no interior da América portuguesa. Ao deslocar o foco de análise para as experiências locais, torna-se possível perceber a diversidade de arranjos administrativos existentes nas diferentes regiões do território colonial. O sertão

REVISTA EDUCAÇÃO CONTEMPORÂNEA – REC

paraibano, nesse sentido, apresenta-se como um espaço privilegiado para observar essas dinâmicas, uma vez que combina elementos de autonomia local com a presença das estruturas institucionais do Império Português.

Nesse contexto, os instrumentos jurídicos utilizados pelos moradores do sertão, como procurações, contratos de arrendamento e registros de dívidas, constituem importantes evidências das formas de organização administrativa existentes na região. Esses documentos revelam a necessidade de estabelecer mecanismos que garantissem a continuidade dos negócios mesmo quando os proprietários se encontravam ausentes ou distantes de suas propriedades. A utilização de procuradores, por exemplo, permitia que indivíduos de confiança representassem os interesses de seus outorgantes em diferentes localidades, realizando cobranças, firmando acordos e administrando bens. Dessa maneira, tais práticas demonstram como o uso de instrumentos jurídicos era incorporado ao cotidiano das relações econômicas e sociais do sertão.

A atuação desses procuradores também evidencia a existência de circuitos de circulação de pessoas e informações que conectavam o interior da capitania a outras regiões da América portuguesa e do mundo luso-atlântico. Muitos desses representantes transitavam entre vilas do litoral, áreas sertanejas e até mesmo cidades portuguesas, estabelecendo uma rede de contatos que facilitava a realização de transações comerciais e administrativas.

Esse movimento revela que, apesar das dificuldades geográficas, o sertão não se encontrava isolado, mas integrado a um conjunto mais amplo de relações políticas e econômicas. Assim, as práticas administrativas locais refletiam tanto as necessidades internas da região quanto suas conexões com espaços mais distantes do Império Português.

Além disso, a presença de indivíduos que acumulavam funções administrativas, militares e econômicas reforça a ideia de que as estruturas de poder no sertão eram marcadas por uma forte interdependência entre diferentes esferas da vida social. Proprietários de terras, oficiais das ordenanças e membros das câmaras municipais frequentemente pertenciam às mesmas famílias ou mantinham vínculos de parentesco e compadrio. Essa sobreposição de funções contribuía para consolidar a autoridade de determinados grupos e para fortalecer sua capacidade de intervenção nas decisões locais.

REVISTA EDUCAÇÃO CONTEMPORÂNEA – REC

Dessa forma, o exercício do poder no sertão era construído a partir da articulação entre prestígio social, controle de recursos e participação nas instituições administrativas.

Por fim, a observação dessas práticas permite compreender que a administração colonial no sertão da Capitania da Paraíba do Norte não se limitava à aplicação direta das normas emanadas da metrópole. Ao contrário, ela se constituía a partir de um conjunto de adaptações, negociações e interpretações realizadas pelos próprios colonos em seu cotidiano. As formas de gestão, os acordos estabelecidos entre moradores e o uso de instrumentos jurídicos revelam a capacidade dessas comunidades de organizar suas próprias estratégias de sobrevivência e de afirmação social. Assim, o estudo dessas experiências contribui para ampliar a compreensão sobre a complexidade das relações de poder e das práticas administrativas presentes no interior da América portuguesa durante o período colonial.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABREU, Capistrano de. *Capítulos de história colonial e os caminhos do povoamento do Brasil*. 2. ed. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, s.d.

ALENCASTRO, Luiz Felipe de. *O trato dos viventes: formação do Brasil no Atlântico Sul*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

ALMEIDA, Horácio de. *História da Paraíba*. 3. ed. João Pessoa: Editora Universitária/UFPB; Conselho Estadual de Cultura, 1997. v. 2.

ANTONIL, João Andreoni. *Cultura e opulência do Brasil*. Lisboa: Alfa, 1989.

BOXER, Charles R. *O império marítimo português (1415-1825)*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

FAORO, Raymundo. *Os donos do poder: formação do patronato político brasileiro*. 8. ed. São Paulo: Globo, 1989. v. 2.

FAORO, Raymundo. *Os donos do poder: formação do patronato político brasileiro*. 9. ed. São Paulo: Globo, 1991. v. 1.

FRAGOSO, João Luís Ribeiro et al. (org.). *Conquistadores e negociantes: histórias de elites no Antigo Regime nos trópicos – América lusa, séculos XVI a XVIII*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

REVISTA EDUCAÇÃO CONTEMPORÂNEA – REC

FRAGOSO, João; BICALHO, Maria Fernanda; GOUVÊA, Maria de Fátima (org.). *O Antigo Regime nos trópicos: a dinâmica imperial portuguesa (séculos XVI-XVIII)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

GONÇALVES, Regina Célia. *Guerras e açúcares: política e economia na capitania da Parayba, 1585-1630*. Bauru: EDUSC, 2007.

HESPANHA, António Manuel. *As vésperas do Leviathan: instituições e poder político em Portugal – século XVII*. Coimbra: Almedina, 1994.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Caminhos e fronteiras*. 3. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

JOFFILY, Irineu. *Notas sobre a Paraíba*. Brasília: Thesaurus, 1976.

MACHADO, Maximiano Lopes. *História da província da Paraíba*. João Pessoa: Editora Universitária/UFPB; Conselho Estadual de Cultura; A União, 1997. 2 v.

MATTOSO, José (dir.). *História de Portugal: o Antigo Regime (1620-1807)*. Lisboa: Editorial Presença, s.d. v. 4.

NOVAIS, Fernando A. (dir.). *História da vida privada no Brasil: cotidiano e vida privada na América portuguesa*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

OLIVEIRA, Elza Régis de. *A Paraíba na crise do século XVIII: subordinação e autonomia (1755-1799)*. Fortaleza: BNB/ETENE, 1985.

PINTO, Irineu Ferreira. *Datas e notas para a história da Paraíba*. João Pessoa: Editora Universitária/UFPB, 1977. v. 1.

SEIXAS, Wilson. *O velho arraial de Piranhas (Pombal)*. 2. ed. rev. e ampl. João Pessoa: Grafset, 2004.

SOUZA, Laura de Mello e. *O sol e a sombra: política e administração na América portuguesa do século XVIII*. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

TAVARES, João de Lira. *Apontamentos para a história territorial da Paraíba*. Mossoró: Coleção Mossoroense, 1982.

THOMPSON, E. P. *Costumes em comum: estudos sobre a cultura popular tradicional*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.